

Dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos dos cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os vencimentos dos cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, ficam reajustados em 6,34% (seis vírgula trinta e quatro por cento) a partir de 1º de março de 2012;

Art. 2º As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Art. 3º A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2012.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Estimativa Anual de Impacto Orçamentário/Financeiro - Projeto de Revisão Anual dos Servidores do Judiciário, sendo retroativo a março de 2012 no Percentual de 6,34%(variação do IPCA até fev/2012 + 0,5% da diferença de 2010).

O impacto orçamentário **anual** da Proposta, expressa-se pelos seguintes valores - em Real:

	2012	2013	2014
1. Impacto bruto	16.504.612	19.805.534	19.805.534

O enquadramento do Projeto no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF está demonstrado como segue:

2. Estimativa - Receita Corrente Líquida	8.298.543.698	9.082.105.020	9.939.651.414
2.1 Limite legal (6% da RCL)	497.912.622	544.926.301	596.379.085
2.2 Limite prudencial (5,7% da RCL)	473.016.991	517.679.986	566.560.131
3. Estimativa de Custo Pessoal - Exercício Financeiro	447.129.096	486.997.348	519.622.976
3.1 - Estimativa Custo Adicional Pessoal	59.491.181	59.682.064	37.125.628
Reajuste Subsídio	15.928.636	6.371.454	7.964.318
Reajuste Anual de Servidores		17.618.069	18.675.153
Progressões	3.707.568	4.078.325	4.486.157
Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ	4.000.000	4.500.000	6.000.000
Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ	9.523.892		
Equiparação Secretário Judicial	1.202.629		
Nomeações do Concurso - 340 servidores (9 meses)	12.196.331	16.261.775	
Convocação de 33 Magistrados (4 meses)	3.617.480	10.852.441	
Gratificação Dir Forum	2.146.654		
Instalação de Gabinetes	7.167.992		

3.2 - Custo Anual do Projeto	16.504.612	19.805.534	19.805.534
-------------------------------------	-------------------	-------------------	-------------------

Reajuste de 6,34% (todos os cargos)	16.504.612	19.805.534	19.805.534
-------------------------------------	-------------------	-------------------	-------------------

4. Percentual da RCL Utilizado (3.3 / 2)	5,59%	5,58%	5,43%
---	-------	-------	-------

5. Margens de Crescimento:	5,70%	5,70%	5,70%
-----------------------------------	-------	-------	-------

5.1 Margem de crescimento legal (2.1 - 3 - 3.1 - 4.1)	34.278.914	38.123.419	56.950.575
--	-------------------	-------------------	-------------------

5.2 Margem de crescimento prudencial (2.2 - 3 - 3.1 - 4.1)	9.383.283	10.877.104	27.131.621
---	------------------	-------------------	-------------------

O Custo total para o projeto mencionado está compreendido nos limites de gastos com pessoal previstos na LRF.

São Luís, 27 de Março de 2012.

LUIZ CARLOS CALVET DE AQUINO
Diretor Financeiro